

# Governo espera crescimento de 4%

## Exportação recorde e nova supersafra são os trunfos dos técnicos

JUÍZ ROBERTO  
MARINHO  
Da Editoria de Economia

Contra um crescimento da economia de 2,9 por cento no ano passado, o Governo fixará para este ano uma meta de elevação do Produto Interno Bruto (PIB) de quatro por cento, mesmo com o quadro de queda na atividade econômica instalado há meses no País.

Otimismo? Técnicos do Ministério da Fazenda dizem que não. Pelas suas estimativas, a agropecuária, como em 87, voltará a ser o carro-chefe do crescimento do PIB, enquanto a indústria, o maior entrave a uma melhor performance da economia no ano passado, compensará a estagnação do mercado interno pelas exportações, perspectiva sinalizada pelo excelente desempenho da balança comercial neste início de ano.

Pelas estimativas dos técnicos da Fazenda, a agricultura deverá, no mínimo, repetir a performance do ano passado, quando se elevou em pujantes 14 por cento. Em meio a uma conjuntura de altas taxas de inflação, de difícil controle do déficit público e de um front externo ainda não definido, fatores pesadamente inhibidores de investimentos, a agricultura é um oásis, reconhecem eles.

Na Fazenda, um importante assessor aposta até num crescimento da agropecuária ligeiramente acima do ano passado, baseado, sobretudo, no comportamento da safra nas fronteiras agrícolas, em especial no Centro-Oeste. "Nos dois Mato-Grosso, a colheita deve chegar quase a seis milhões de toneladas e em Rondônia a safra também será muito boa", informa.

A indústria, que cresceu ligeiramente 0,2 por cento em 87, se salvará de taxas negativas, este ano, pelas vendas externas, prevêem os técnicos da Fazenda. O comportamento da balança comercial, que atingiu dois superávits mensais recordes consecutivos, com 1,032 bilhão de dólares

em janeiro e 858 milhões de dólares em fevereiro, meses tradicionalmente fracos em exportações, são um claro sinal desta tendência, segundo eles.

Para manter este desempenho — que significa, na prática, ocupação da capacidade ociosa pela retração do mercado interno e consequente geração de emprego — o Ministério da Fazenda vai agilizar os estudos para permitir, em alguns casos, a transformação da dívida em investimentos para projetos de exportação.

Existem, no Banco Central, pedidos para transformar em investimentos para exportações, que somam 6 bilhões de dólares, mas somente serão aprovados, revelam os técnicos da Fazenda, aqueles que se destinarem a produtos em que o Brasil não tem mercado cativo. "Não tem sentido aprovar conversões para vendas externas de soja, mas vale a pena incentivar conversões para exportações de navios", revela um deles.

### PREPARANDO O TERRENO

O preparo do caminho para a economia crescer quatro por cento em 88 passa, fundamentalmente, pela redução do déficit público. Para isto, os ministérios da Fazenda e do Planejamento trabalham tecnicamente, garantindo um dos seus técnicos, para se chegar a um déficit público, em 88, em torno de quatro por cento do PIB — cerca de Cr\$ 2 trilhões. Este número, se obtido, é considerado nos dois ministérios como uma grande vitória,

na medida em que representará um decréscimo significativo em relação ao déficit de 87, de 5,4 por cento do PIB, e, sobretudo, sobre o déficit potencial deste ano, de 7,4 por cento do PIB.

Dois passos importantes já foram dados nesta direção: através da resolução 1464, que limitou drásticamente os empréstimos ao setor público, corrigindo-os apenas pela variação da OTN sobre os saldos de de-

zembro, e por meio do Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais (Cise), que proibiu qualquer aumento de salário nas estatais acima da inflação, segurando o déficit delas também pela folha de pessoal.

Restam, ainda, para seguir o déficit, além da administração no dia-a-dia do caixa do Tesouro, a revisão do Orçamento Geral da União (OGU) e as mudanças na política salarial do funcionalismo federal, que passam pelo congelamento da URP por três meses ou pela aplicação de um redutor de 50 por cento sobre elas — as duas alternativas mais viáveis, de acordo com assessores da Fazenda.

A revisão do OGU, cuja última versão foi feita com base numa inflação de 120 por cento, totalmente irrealista, estará concluída no final do mês, mesmo porque, até lá, algumas de suas rubricas, em função das elevadas taxas inflacionárias verificadas desde janeiro, estarão totalmente esgotadas, confidenciou um técnico da Fazenda. Feita a revisão, algumas poucas prioridades serão eleitas e a atividade que não estiver entre elas passará a pão e água até dezembro.

As alterações na URP são uma decisão política do Palácio do Planalto e só estarão decididas depois de definido, pela Constituinte, o tamanho do mandato do presidente José Sarney. A indecisão presidencial em adotar o congelamento por três meses proposto pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento já levou o governo a deixar de economizar Cr\$ 200 milhões na redução do déficit.

Se tivesse sido adotada em primeiro de março, como queriam os ministros Majlison da Nóbrega e João Batista Abreu, a economia seria de Cr\$ 600 milhões, mas em abril — se vier a ser baixada no próximo dia 1º, o que poderá não ocorrer, caso a Constituinte não tiver decidido quanto tempo Sarney fica no Palácio do Planalto — a economia já cai par a pouco mais de Cr\$ 400 milhões.